





CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 30/11/2016 – MPDFT

ATA 10/2016

39ministerial sempre ocorrerá em caso de eventual descumprimento das normas em vigor. O  
40Deputado retomou a palavra, informando que convocará audiência pública para tratar do tema,  
41solicitando a presença dos membros do CNPG. Dr. Leonardo, PGJ/DF, destacou a importância do  
42tema, entendendo necessário debate acerca de tal questão. Em seguida, Dr. Ronaldo Fleury, PGT,  
43citou a Emenda 4, PL 4850, e parabenizou o Deputado por ter votado contra a emenda  
44supracitada, que significou um golpe direcionado ao Poder Judiciário e MP. O Deputado  
45agradeceu a oportunidade e se despediu. O Presidente passou a palavra a Dr. Marcelo Dornelles,  
46PGJ/RS, que enalteceu a presença do Dr. Ronaldo Nogueira, Ministro do Trabalho e Emprego,  
47destacando sua atuação no combate à PEC 37, qualificando-o como um parceiro do MP, etc. Em  
48seguida, Dr. Rinaldo Reis passou a palavra ao Ministro do Trabalho e Emprego, Dr. Ronaldo  
49Nogueira, que após os cumprimentos de praxe teceu algumas considerações acerca dos direitos  
50trabalhistas, salientando a necessidade de se conferir segurança jurídica ao trabalhador,  
51adentrando no tema ligado aos sindicatos, informando que em março de 2017 será encaminhado  
52projeto de lei com a finalidade de solucionar tal questão (item 03 da pauta). O Presidente retomou  
53a palavra, agradecendo a presença do Min. do Trabalho, ao tempo em que entregou o Ofício nº  
54267/2016 – PRES/CNPG, relacionado ao tema, conforme deliberado na reunião anterior, realizada  
55em Fortaleza/CE no dia 27 de outubro de 2016. Na sequência, com a palavra, Dr. Ronaldo Fleury  
56(PGT), abordou o tema relacionado aos sindicatos, destacando que em determinados locais  
57inexiste representação sindical, sendo de fundamental importância que o Ministério do Trabalho  
58esteja à frente dessa questão, assumindo tal ônus, para que o MP possa atuar mais intensamente  
59nas áreas de sua atribuição. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra a Dr. Leonardo Bessa,  
60PGJ/DF, parabenizando-o pela recondução ao cargo de Procurador-Geral, momento após o qual  
61Dr. Leonardo agradeceu, reiterando as boas vindas aos presentes. Ato contínuo, Dr. Paulo,  
62PGJ/MT, também parabenizou-o e agradeceu o apoio dispensado ao CNPG. O Presidente, ao  
63retomar a palavra, após dar as boas vindas a Dr. Claudio Portela, Corregedor Nacional, passou às  
64comunicações da presidência. Em seguida, deliberou-se pela aprovação da ata anterior (item 01 da  
65pauta). Ato contínuo, foi abordado o tema relacionado à Recomendação nº 33 - CNMP (aos  
66cuidados de Dr. Marcelo Dornelles). Com a palavra, Dr. Cláudio Portela destacou a inserção de  
67dados (assunto discutido em Fortaleza), explicitando a facilidade de cumprimento da meta. Em  
68seguida, abordou o tema da recomendação da Corregedoria Nacional (redes sociais, etc.),  
69solicitando apoio do CNPG, agradecendo o convite e despedindo-se, em seguida. O Presidente,  
70após agradecer a presença do Corregedor Nacional, passou a palavra a Dr. Ronaldo (PGT), que  
71explicitou não se preocupar com o teor da recomendação da Corregedoria Nacional, mas sim com  
72os efeitos que dela podem decorrer. Relatou um caso concreto, onde, no seu ponto de vista, não  
73teria ocorrido qualquer manifestação de ordem político-partidária, mas, ainda assim, teria sido  
74instaurado um procedimento em face do membro do MP. Na sequência, Dr. Ronaldo reiterou sua  
75preocupação quanto aos desdobramentos decorrentes dessa recomendação, entendendo também  
76complicado essa necessidade de censura prévia de qualquer publicação. Dr. Cláudio Portela  
77explicitou que, no exemplo citado pelo Dr. Ronaldo, emitiu voto no sentido de que inexistiu no

2



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 30/11/2016 – MPDFT

ATA 10/2016

78 texto manifestação político-partidária. Dr. Oswaldo, PGJ/AC, manifestou-se favorável à  
79 recomendação em questão, salientando que, de fato, há determinados abusos que precisam de  
80 contenção. Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, também destacou a existência de abusos, entendendo  
81 necessária tal recomendação. Dr. Cláudio Portela destacou que a liberdade de expressão não pode  
82 ser maior que o respeito que o MP deve à sociedade; o membro é o Ministério Público. Na  
83 sequência, foi concedida a palavra a Dr. Antônio Duarte, Conselheiro do CNMP, que reforçou a  
84 importância da recomendação, exaltando, inclusive, que a mesma é direcionada, justamente,  
85 àqueles membros que cometem abusos nas redes sociais (aplica-se também aos servidores e  
86 estagiários). Por fim, Dr. Antônio Duarte abordou a questão da votação ocorrida na Câmara dos  
87 Deputados (Abuso de Autoridade), entendendo necessária a manifestação do CNMP que não pode  
88 silenciar nesse momento, no sentido de defender as prerrogativas do MP, destacando que irá  
89 propor ao Plenário a discussão dessa matéria, a qual entende como uma violação ao Estado de  
90 Direito - o MP está sendo aviltado na sua atuação funcional. O Presidente, na sequência, concedeu  
91 a palavra a Dr. Carlos André, PGJ/MG, que, após os cumprimentos de praxe, manifestou-se  
92 contrário ao teor da Recomendação do CNMP, relacionada ao pagamento de verbas atrasadas,  
93 sendo que, em seguida, relatou um caso concreto, relacionado a manifestações nas redes sociais,  
94 momento após o qual expressou seu apoio à recomendação da Corregedoria Nacional. Em seguida  
95 destacou a necessidade do CNPG, CNMP e CNJ atuarem nessas questões, em pauta no Congresso  
96 Nacional, sob pena de se apegar o MP. Em seguida, Dr. Paulo Prado, PGJ/MT, manifestou-se  
97 contrário à recomendação do CNMP, relacionada ao pagamento de verbas atrasadas, entendendo  
98 que a mesma fere a autonomia funcional do PGJ. Na sequência, Dr. Rinaldo Reis passou a palavra  
99 a Dr. Fabio Stica, Conselheiro do CNMP, que exaltou o resultado da votação ocorrida na Câmara  
100 dos Deputados (Abuso de Autoridade), aderindo à manifestação do Conselheiro Dr. Antônio  
101 Duarte, no sentido de que o Pleno do CNMP deve deliberar no sentido de como atuar para conter  
102 essa empreitada, dentre outras. Na sequência, abordou a questão discutida na reunião anterior  
103 (Fortaleza/CE), relacionada à recomendação do CNMP (Infância e Juventude), momento em que  
104 informou que está fazendo um levantamento, para depois, se for o caso, levar o tema à apreciação  
105 do CNMP. Em seguida, com a palavra, Dr. Roberto, PGJ/AP, manifestou-se favorável à  
106 recomendação da Corregedoria Nacional (manifestações nas redes sociais) e desfavorável ao teor  
107 da recomendação do CNMP, relacionada ao pagamento de verbas atrasadas, por violação à  
108 autonomia e independência do MP. Logo após, Dr. José Rony, PGJ/SE, aderiu às palavras de Dr.  
109 Paulo Roberto Prado, PGJ/MT, destacando a dificuldade de exercer o cargo de PGJ, relatando um  
110 caso concreto, atualmente vivenciado pelo MPSE. Por fim, salientou a necessidade de controle  
111 das manifestações dos líderes sindicais, que a todo instante ofendem os membros do MP nas redes  
112 sociais. Retomando a palavra, o Presidente passou a palavra a Dra. Ivana Farina, Procuradora de  
113 Justiça do MPMGO, presidente do CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos (item 04 da  
114 pauta - prestação de contas), que após breve manifestação passou a apresentar o tema através de  
115 Power Point. Na sequência, destacou um caso concreto, vivenciado pelo Estado do Ceará  
116 (problema no SINASE), bem como outro caso em evidência no Estado da Bahia (caso Cabula -



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 30/11/2016 – MPDFT

ATA 10/2016

117incidente de deslocamento de competência), explicando a forma de atuação do Órgão. Ato  
118contínuo, passou a abordar o assunto relacionado aos ataques sofridos pelo MP, exaltando que  
119deve ser observado o Princípio de Vedação ao Retrocesso Social, previsto no Pacto de San José da  
120Costa Rica. Ao final, após repassar aos presentes a sua atuação, quando representou o CNPNG  
121perante o CNDH, informou acerca da indicação de sua sucessora, uma colega do MPMG,  
122agradecendo aos presentes. Na sequência, o presidente passou a palavra ao Dr. Emerson Garcia,  
123Consultor Jurídico do MPRJ, representando, neste momento, o PGJ/RJ, que relatou que o MPRJ  
124direcionou cerca de 7.000 (sete mil) manifestações, endereçadas aos Tribunais Superiores,  
125destacando temas relacionados a determinados casos concretos, a exemplo de uma liminar do  
126CNPMP que determinou o fechamento de um imóvel adquirido até que fosse julgado o mérito da  
127questão, para decidir se a compra foi ou não regular (o STF foi acionado a se manifestar – Min.  
128Celso de Melo). Em seguida, o Presidente passou a palavra a Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, que  
129fez questão de registrar o empenho que Dra. Ivana efetuou na aprovação da lei que criou o CNPNG,  
130momento após o qual agradeceu à Dra. Ivana por todo seu trabalho prestado ao Órgão. Dr Carlos  
131André, PGJ/MG, também prestou homenagens a Dra. Ivana, destacando, em seguida, a satisfação  
132pela indicação de Dra. Nívea, do MP/MG, para sucedê-la. Dra. Ediene Lousado, PGJ/BA,  
133também parabenizou Dra. Ivana pela sua atuação perante o Órgão. Na sequência, Dr. Gianpaolo  
134Smanio, PGJ/SP, também prestou homenagens à Dra. Ivana, propondo uma Moção de Louvor,  
135que, de pronto, foi deliberada, à unanimidade, pela aprovação. Em seguida, o Presidente  
136parabenizou Dra. Ivana Farina, destacando sua atuação combativa e exemplar, com  
137reconhecimento nacional, agradecendo sua brilhante participação, fazendo votos que sua  
138sucessora dê continuidade a tal trabalho. Em seguida, foi decretada pausa para o brunch.  
139Retomando a reunião, o Presidente informou que os temas previstos nos itens 05 e 06 da pauta  
140serão abordados em outra ocasião, em razão da impossibilidade de comparecimento de Dra.  
141Luciana Ásper e Dra. Rosynete Lima. Na sequência, abordou o tema relacionado às recentes  
142propostas de modificações legislativas, ressaltando a extrema preocupação com o efeito danoso  
143das mesmas em relação ao MP brasileiro e à sociedade. Destacou a recente votação, ocorrida na  
144Câmara dos Deputados, relacionada aos crimes de abuso de autoridade, momento após o qual  
145convidou para compor a mesa os Procuradores da República, Dr. Blal Dalloul e Dr. Silvio  
146Amorim. Com a palavra, Dr. Silvio, Procurador da República, após as saudações de praxe,  
147informou aos presentes que houve recentes e intensas atuações perante o Congresso Nacional,  
148quando se detectou a existência de um sentimento de rancor por parte dos congressistas em  
149relação ao Ministério Público, razão pela qual se faz necessária a intensificação dos trabalhos  
150junto ao Congresso Nacional. Em seguida, Dr. Blal Dalloul, Secretário-Geral, Procurador da  
151República, destacou a forma pela qual se deu a votação das 10 medidas, ressaltando o extremo  
152rancor demonstrado pelos parlamentares favoráveis à emenda apresentada (e aprovada),  
153salientando que outras PECs, que estão em tramitação, também são bastante prejudiciais ao MP,  
154razão pela qual se faz, mais do que nunca, necessária a união, ao tempo em que solicitou o apoio  
155do CNPNG. Com a palavra, Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, após manifestar repúdio às atuações da



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJ – 30/11/2016 – MPDFT

ATA 10/2016

156maioria dos parlamentares, visando atingir o MP brasileiro, lamentou o ressurgimento da Lei  
157Maluf. Em seguida, Dr. Gonzaga, PGJ/MA, ratificou as palavras de Dr. Lauro, entendendo  
158necessária uma atuação mais intensa do MP junto às redes sociais, de modo a tentar conter tais  
159tentativas de enfraquecer o Ministério Público, entendendo de fundamental importância que no  
160dia 07/12/16 haja uma mobilização conjunta, com participação do PGJs. Com a palavra, Dr.  
161Sandro Neis, PGJ/SC, entende que o CNPJ deve se manifestar formalmente acerca da recente  
162votação ocorrida na Câmara dos Deputados (Emenda ao projeto de lei das 10 medidas contra a  
163corrupção). O Presidente retomou a palavra e concordou com a emissão de Nota Pública,  
164entendendo cabível, também a adoção de medidas outras, por parte do CNPJ. Dr. Sandro Neis  
165retomou a palavra, defendendo a discussão, junto à sociedade, do tema relacionado à questão dos  
166subsídios de membros, de forma transparente; assim como uma atuação mais intensa junto ao  
167STF; fazendo-se necessário, também, um posicionamento do CNPJ, posto que há notícias no  
168sentido de que um dos Conselheiros, inclusive, já teria expressado manifestação favorável à  
169criminalização recentemente efetuada pela Câmara Federal. O Presidente colocou o tema em  
170discussão, tendo Dr. Paulo, PGJ/MS, opinado no sentido de que fossem observadas as notas  
171emitidas pelo STF e pelo PGR, de modo que as mesmas fossem utilizadas como parâmetro. Dr.  
172Smanio, PGJ/SP, sugeriu que fosse esclarecido à população o que está ocorrendo com eventual  
173aprovação, pelo Senado, do que foi aprovado ontem na Câmara dos Deputados. Dr. Rinaldo Reis  
174se manifestou no sentido de que, além do esclarecimento à população, devem ser ressaltados os  
175prejuízos que podem decorrer dessa eventual aprovação. Dr. Marcelo Dornelles reforçou a  
176posição defendida por Dr. Smanio, acrescentando que já existem mecanismos de controle dos atos  
177dos membros. Dr. Leonardo, PGJ/DF, entende necessário repassar à população que já existe  
178controle sob os atos dos membros do MP. Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, efetuou a leitura da nota  
179emitida pelo MPGO, como forma de subsidiar a nota a ser emitida pelo CNPJ. O Presidente deu  
180continuidade às discussões, fixando-se as premissas em que será emitida a nota, a ser elaborada  
181pela assessoria jurídica do MPDFT, e posteriormente (ainda na presente data) submetida à  
182deliberação do CNPJ. Na sequência, Dr. Oswaldo Lima Neto, PGJ/AC, entende que a aprovação,  
183pela Câmara, da Lei Maluf, deu margem para que o MP exponha à opinião pública e aos meios de  
184comunicação o que, de fato, está ocorrendo. O Presidente entende necessário demonstrar à  
185sociedade que não se trata de mero inconformismo dos membros do MP, pela simples  
186criminalização de eventuais condutas abusivas, mas sim retaliação, visando apenas enfraquecer o  
187MP. Em complementação, Dr. Rinaldo Reis entende necessário intensificar os trabalhos junto ao  
188Congresso Nacional. Em seguida Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, sugeriu aproveitando a  
189manifestação popular, a ocorrer no dia 04/12, contato com Arnaldo Jabor, para fins de que o  
190mesmo denuncie o golpe em curso. Dr. Rinaldo Reis acrescentou a necessidade de reunião com a  
191CONAMP, assim como com outros Órgãos. Dr. Oswaldo, PGJ/AP, sugeriu reuniões na segunda e  
192na terça-feira (05 e 06/12), restando deliberado que nos dias 1º, 05 e 06 de dezembro ocorrerão  
193reuniões extraordinárias, do CNPJ. Item 07 da pauta; PLS nº. 280 (Dr. Silvio) – substitutivo a ser  
194apresentado. Em seguida, Dr. Ivonei Sfoggia, PGJ/PR, solicitou que a Nota Técnica, relacionada



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MPF ESTADOS E DA UNIÃO



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 30/11/2016 – MPDFT

ATA 10/2016

195ao Projeto de Lei nº. 280, do Senado, fosse encaminhada aos membros, o que foi aprovado à  
196unanimidade. O Presidente destacou que a Câmara pegou uma lei de iniciativa popular e  
197transformou completamente o seu objeto. Dr. Lauro Machado acrescentou que a própria Operação  
198Lavajato corre risco, etc. - tudo isso deve ser levado à imprensa, para conhecimento da população.  
199**Extra pauta:** atuação dos PGJs no CNMP. O Presidente destacou a forma e o quantitativo pelos  
200quais são questionadas as atuações dos PGJs, perante o CNMP, sendo que tais medidas acabam,  
201algumas vezes, por gerar prejuízos à imagem do MP perante sociedade do Estado em que atuam.  
202Dr. Silvio, Secretário-Geral do CNMP, destacou que Dr. Rodrigo Janot, PGR, viabilizará, sem  
203dúvidas, o acesso do CNPG às sessões administrativas do CNMP. Em seguida, Dr. Blal,  
204Procurador da República, concordou com Dr. Rinaldo Reis, de forma que o CNMP deve agir com  
205cautela, de forma a evitar que, em se instaurando determinados PCAs, em face dos PGJs, passe-se  
206a ideia, para a sociedade, de que o Ministério Público, em tese, está atuando de forma irregular. O  
207Presidente agradeceu a presença dos representantes do MPF e retomou a pauta, abordando o item  
20810 da pauta (Reuniões-primeiro semestre 2017), restando deliberada a aprovação das seguintes  
209datas: fevereiro (dia 15/02/2017); março (15/03/2017); abril (12/04/2017); maio (10/05/2015) e  
210junho (14/06/2016). Em seguida, Dr. Smanio PGJ/SP, sugeriu que o CNPG atue na defesa do  
211meio ambiente, para combater as queimadas, em escala industrial (Relator STJ, Min. Napoleão  
212Nunes Maia), restando deliberada a aprovação da atuação do CNPG, ficando para data futura  
213apenas a forma pela qual ocorrerá tal intervenção (Dr. Smanio enviará o material). Na sequência,  
214Dr. Cesar Mattar, representando o PGJ/PA, informou os temas abordados ao longo do dia, na  
215reunião da CONAMP, etc... Em seguida, foi submetida à apreciação dos presentes o texto que  
216será encaminhado para divulgação na imprensa (Nota Pública do CNPG), restando deliberada a  
217aprovação do texto final, sendo encaminhado aos diversos meios de comunicação. Em sequência,  
218o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Por fim, eu, Glauco  
219Pinto Garcia, Secretário-Executivo do CNPG, lavrei esta ata, a qual vai assinada por mim e pelos  
220integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos  
221Estados e da União presentes.